

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/11/2015 a 30/11/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

| | |
|---|----|
| 2015, o ano em que o planeta ardeu? Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/11/2015..... | 3 |
| Governo do Pará defende linha estadual de R\$ 17 bi. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 05/11/2015 | 4 |
| Vendas de máquinas não dão sinal de recuperação. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/11/2015 | 5 |
| Índigenas realizam caminhada na Esplanada dos Ministérios contra a PEC 215 e marco temporal – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/11/2015 | 5 |
| Crise? Não para os bancos. Jorge Bastos Moreno – O Globo, Brasil. 12/11/2015 | 6 |
| PM que assassinou Sem Terra vai a júri por homicídio no RS. Catiana Medeiros – Site do MST. 13/11/2015 | 7 |
| Ex-boia-fria fundou rede de cachaçarias com lojas em 12 Estados. Marcelo Toledo – Folha de São Paulo, Mercado. 14/11/2015..... | 9 |
| Assassinatos, ameaças e agressões: o dia a dia de Anapu (PA) – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/11/2015 ... | 10 |
| Índios fecham ferrovia da Vale em MG em protesto contra 'morte de rio sagrado' – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/11/2015..... | 11 |
| CNA e Banco do Brasil discutem propostas para a próxima safra – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/11/2015 | 13 |
| Governo eleva taxa de retorno para concessões de ferrovias. Bárbara Nascimento – O Globo, Economia. 23/11/2015..... | 14 |
| Feira da Reforma Agrária é declarada patrimônio cultural do povo carioca. Vanessa Ramos – Site do MST. 24/11/2015 | 15 |
| Presidente da CNA defende ações de curto prazo para a retomada do crescimento econômico – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/11/2015..... | 16 |
| Katia Abreu participa de seminário sobre Matopiba, nesta quinta (26), em Palmas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/11/2015 . | 16 |
| Mapa repassa R\$ 750 mil ao Instituto Federal Goiano para pesquisa em bioenergia e grãos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/11/2015..... | 17 |
| Sorte e azar. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 27/11/2015..... | 17 |

2015, o ano em que o planeta ardeu? Marcelo Leite – Folha de São Paulo, Colunistas. 01/11/2015

Depois de 40 dias de combate, 300 bombeiros conseguiram pôr fim a um incêndio florestal no município maranhense de Arame. O fogo destruiu 2.200 km² de matas na Terra Indígena Arariboia.

A área queimada representa mais da metade do território onde vivem 12 mil índios guajajaras. Também equivale a uma vez e meia o município de São Paulo, onde vivem 12 milhões de pessoas.

Há um mês a cidade de Manaus está coberta de fumaça. O Estado do Amazonas, um dos menos desmatados da Amazônia e em geral muito úmido, vive uma temporada recorde de queimadas, que já fez muita gente baixar ao hospital com problemas respiratórios.

Até a sexta-feira (30), 13.484 focos já haviam sido registrados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que os identifica por meio de satélites. A dois meses de terminar o ano, já se superaram todos os totais anuais desde 1998 (o maior deles, 9.322 focos, ocorreu no ano passado).

O rio Negro está com nível muito baixo. Tão baixo que foi fechado o acesso à praia de Ponta Negra, popular entre os manauaras. Com a vazante, a entrada de banhistas na água fica muito próxima de buracos de mais de cinco metros de profundidade, o que aumenta o risco de afogamento.

Há poucas semanas, decolando do aeroporto de Confins (MG), o céu matutino estava enevoado pela fumaça. Mesmo sem bater recordes, o Estado tem quantidade acima da média de queimadas.

Cerca de 100 km² arderam por cinco dias na serra do Cipó. Minas passa pelo quarto ano seguido de seca, que castiga sobretudo sua região norte, a mais pobre do Estado. O rio Doce não consegue mais chegar ao mar na foz tradicional, conformando-se com um filete através da areia a 1 km dali.

O São Francisco nasce em Minas Gerais. Indiferente aos bilhões enterrados pelo governo federal no megalômano projeto de transposição para irrigar o semiárido nordestino, o rio está minguando. Sua represa de Sobradinho tem apenas 4,6% da capacidade normal preenchida.

Em contraste, o Rio Grande do Sul tem sofrido com temporais. Depois de uma trégua, a chuva forte recomeçou. Mas a temperatura tem ficado acima dos 30°C.

A cidade gaúcha de Alvorada, por exemplo, vive sua terceira enchente do ano. Ela já dura mais de um mês e alagou 60 ruas, forçando 2.556 pessoas a deixar suas casas.

Do outro lado do mundo, a Indonésia está em chamas. O país queima há mais de dois meses e produz uma névoa tóxica que se espalha para nações vizinhas, como Cingapura, onde fecha aeroportos e força as pessoas a usarem máscaras.

As florestas tropicais indonésias são ricas em turfa, uma camada espessa de matéria vegetal que se acumula e decompõe no solo encharcado. Esses terrenos são desmatados e drenados para dar lugar a plantações e produzir óleo de palma.

O fogo é a ferramenta preferida dessa empreitada do agronegócio. Só que a turfa pode queimar lentamente, produzindo mais fumaça do que chamas, e de forma contínua.

Amazonas, semiárido nordestino, Rio Grande do Sul, Indonésia - o que esses desastres de falta e excesso de água têm em comum? El Niño.

O fenômeno climático que aquece as águas orientais do oceano Pacífico e tira a meteorologia dos eixos mundo afora, veio com força total neste 2015, que quase certamente será o mais quente já registrado.

Governo do Pará defende linha estadual de R\$ 17 bi. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 05/11/2015

O governo do Pará pretende licitar no início de 2016 a primeira linha ferroviária estadual para o transporte de grãos e minérios. O projeto da Ferrovia Paraense (Fepasa) tem um traçado ambicioso de 1.550 quilômetros de extensão ligando o polo agrícola de Santana do Araguaia, no sudeste do Estado, ao porto de Vila do Conde, em Barcarena. O investimento inicial previsto é da ordem de R\$ 17 bilhões.

A ideia é que seja uma concessão clássica destinada à iniciativa privada, que ficaria responsável por investimentos na implantação e operação da ferrovia por 30 anos. Ao governo estadual caberia fiscalizar e regular a atividade ferroviária.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, Adnan Demachki, os estudos de viabilidade econômica, técnica e ambiental (Evetea) estão em fase de finalização e a expectativa é que a publicação do edital seja feita em até 120 dias. "O licenciamento ambiental também está em andamento e já temos sinais de interesse de três grupos".

A ferrovia partiria de Santana do Araguaia e passaria por municípios com vocações mineradora, como Marabá e Rondon do Pará, e agrícola, como Paragominas (soja) e Moju (óleo de palma). Em Marabá, um ramal ligaria a Fepasa à linha federal da Norte-Sul.

Conforme o secretário, a Fepasa não competiria pelos grãos da "Ferrogrão", concessão federal posicionada à oeste do Estado e defendidas pelas tradings (ver matéria Tradings ratificam interesse na construção da 'Ferrogrão'). "A soja escoada pela Fepasa seria originada no Pará e no nordeste de Mato Grosso, que está mais próximo de Santana que de Sinop", diz o secretário, referindo-se ao município do cinturão da soja de Mato Grosso.

Segundo Demachki, há hoje no Estado cerca de 2 milhões de hectares já abertos (desmatados) e os dois principais polos de grãos - Paragominas e Santana do Araguaia - crescem em área plantada ao ritmo de 15% a 20% por ano. Mas sofrem com canais logísticos ineficientes e dependentes de rodovias. O trem, nesse sentido, poderia ajudar a promover a agricultura e serviria de estopim para a verticalização - um sonho antigo do Pará.

"O Estado possui uma das maiores reservas minerais do mundo e áreas propícias para a soja. Além do mais, queremos verticalizar a produção no Pará e não ser só um corredor de passagem [de carga de Mato Grosso]", afirma Demarcki.

Só soja e milho, no entanto, não fechariam a conta do investimento. Para encher os vagões, seria preciso atrair bauxita e alumina, cujos projetos foram contemplados no traçado da Fepasa. Nas contas iniciais, seriam necessárias 40 milhões de toneladas ao ano, entre minérios e grãos.

Vendas de máquinas não dão sinal de recuperação. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/11/2015

Com mais uma queda em outubro, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias no mercado doméstico somaram 40.644 unidades nos dez primeiros meses do ano, com uma expressiva retração de 31,4% em relação a igual período de 2014, conforme divulgou na sexta-feira a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Na mesma comparação, as exportações caíram 28,1%, para 8.544 unidades, e a produção nacional recuou 30,2%, para 50.517 unidades.

Para Luiz Moan Yabiku Junior, presidente da Anfavea, essas quedas não condizem com a realidade do setor de agronegócios, que vem de uma boa colheita de grãos e cujos preços dos produtos de exportação, convertidos ao real, estão em ascensão. "Por uma questão de falta de confiança, ou falta de clareza [em relação ao futuro próximo, por conta da crise política], decisões de investimentos têm sido postergadas", reforçou Ana Helena de Andrade, vice-presidente da entidade.

Nesse contexto, o segmento encerrou outubro com 15.860 funcionários empregados, 17,3% menos que no mesmo mês de 2014.

Indígenas realizam caminhada na Esplanada dos Ministérios contra a PEC 215 e marco temporal – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 11/11/2015

Cerca de 250 indígenas dos povos Kayapó e Xikrin, do Pará, e Pataxó, da Bahia, realizaram na manhã de hoje (11/11) uma mobilização na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 e em defesa da demarcação das terras tradicionais dos povos originários do Brasil.

(Fonte: Cimi)

Aprovada por uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados no último dia 27 de outubro, esta proposta poderá ir à votação no plenário dessa Casa a qualquer momento.

A PEC 215, se aprovada, transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terra indígena, titular território quilombola e criar unidade de conservação ambiental. Os indígenas avaliam que se ela for aprovada nunca mais haverá o reconhecimento e a demarcação de suas terras tradicionais.

Além disso, esta PEC ainda determina que somente os povos que estavam nas terras reivindicadas como indígenas que estavam ocupando fisicamente estas terras no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal (CF) – o que tem sido

definido como marco temporal – teriam direito a elas. Esta determinação penalizaria duplamente todos os povos que haviam sido esbulhados de suas terras e, por isso, não estavam na ocupação delas no dia da promulgação da CF.

Manifestações contra a PEC e outras graves ofensivas aos direitos indígenas estão programadas para outras regiões do país ainda hoje. Uma ampla articulação entre organizações indígenas, indigenistas e movimentos sociais de Pernambuco convocam para esta quarta-feira, dia 11, às 16h, um ato público em Recife.

Leia abaixo a Carta Aberta, dos povos Kayapó, Xikrin e Pataxó:

CARTA ABERTA

Excelentíssimo Senhores Senadores e Deputados.

Nós, lideranças indígenas dos povos Kayapó, Xikrin e Pataxó, tomamos a iniciativa de nos deslocarmos à Capital Federal, para manifestar aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que, não admitimos a mudança dos ARTS 231; ART 232, que tratam dos direitos dos povos indígenas garantidos pela Constituinte de 1988.

A PEC 215 retira do poder Executivo e submete a demarcação das terras indígenas aos poder Legislativo.

Não aceitamos a proposta de Emenda Constitucional 215/00, também porque ela fere os princípios dos direitos originários dos povos indígenas, desconfigurando os artigos acima mencionados, estabelecendo o Marco Temporal, tirando o direito do usufruto exclusivo de nossos territórios, abrindo as portas para exploração direta e indireta de nossas riquezas e que promove as ocupações, instalação de redes de comunicação, rodovias, ferrovias, hidrovias e intervenção de forças militares e policiais; libera o ingresso, trânsito e permanência de pesquisadores e religiosos independentemente de consulta as nossas comunidades indígenas, desrespeitando o acordo assinado pelo governo brasileiro na Convenção 169 da OIT; impedindo qualquer possibilidade de reação por parte de nossas comunidades indígenas o direito de se defender e decidir.

Concluimos que a PEC 215/00 é uma proposta de genocídio e destruição dos territórios dos nossos povos indígenas do Brasil.

Apreciamos a sua estima e consideração e pedimos encarecidamente que analisem clara e justamente o conteúdo da proposta desta carta.

Brasília, 11 de novembro de 2015.

Atenciosamente,

Povos:

Kayapó – Pará

Xikrin – Pará

Pataxó – Bahia

Crise? Não para os bancos. Jorge Bastos Moreno – O Globo, Brasil. 12/11/2015

O lucro líquido do Banco do Brasil (BB) atingiu R\$ 3,062 bilhões no terceiro trimestre deste ano, de acordo com balanço divulgado hoje pela instituição financeira. No período de janeiro a setembro, o BB registrou lucro líquido de R\$ 11,8 bilhões, o que representa crescimento de 43,5% em relação aos nove primeiros meses do ano passado.

Os ativos do banco atingiram R\$ 1,6 trilhão em setembro, aumento de 10% em 12 meses e 2,7% em relação ao trimestre anterior. De acordo com o comunicado do BB, o aumento foi favorecido principalmente pela expansão da Carteira de Crédito Ampliada.

A carteira de crédito registrou aumento de 9,8%, em 12 meses, e atingiu R\$ 804,6 bilhões, em setembro. No trimestre a alta foi 3,6%. O financiamento imobiliário, que registrou aumento de 34% em 12 meses e 6,4% no trimestre, foi o principal responsável pela alta.

O financiamento ao agronegócio encerrou o terceiro trimestre com saldo R\$ 171,8 bilhões na carteira ampliada. O montante é 8,5% maior em relação a setembro de 2014. Destaque para o saldo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que totalizou R\$ 37,9 bilhões, crescimento de 13,5% frente ao mesmo período do ano anterior. O balanço ressalta também a evolução do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que totalizou R\$ 9,1 bilhões em setembro de 2015, crescimento de 29,9% na comparação anual.

A carteira de crédito ampliada, formada por operações com clientes pessoa física, finalizou o terceiro trimestre com saldo de R\$ 189,6 bilhões, crescimento de 8,1% em 12 meses. As linhas de menor risco (Crédito Consignado, CDC Salário, Financiamento de Veículos e Crédito Imobiliário) continuam expressivas, alcançando 79,5% do total da carteira. Destaque para o crescimento de 36,8% na linha Crédito Imobiliário PF, frente ao terceiro trimestre de 2014.

O saldo de crédito concedido às empresas encerrou setembro com R\$ 362,2 bilhões, 5,9% maior nos 12 meses. As operações de capital de giro e de investimento, que representam 69,8% do total, obtiveram crescimento de 3,8% e 7% em 12 meses, respectivamente. Nos nove primeiros meses deste ano foi desembolsado mais de R\$ 32,7 bilhões em crédito para investimentos.

O BB encerrou o trimestre com saldo de R\$ 149,8 bilhões em poupança, alta de 1,7% em comparação ao segundo trimestre de 2015, reflexo de estratégias de comercialização do produto. Esta marca permitiu ao banco atingir seu melhor desempenho no ano.

Os índices de inadimplência do BB se mantiveram em patamares menores do que os observados no Sistema Financeiro Nacional (SFN). Ao fim de setembro de 2015, o índice de operações vencidas há mais de 90 dias representou 2,20% da carteira de crédito classificada, inferior ao patamar do SFN, que registrou 3,1%. (Agência Brasil)

PM que assassinou Sem Terra vai a júri por homicídio no RS. Catiana Medeiros – Site do MST. 13/11/2015

O crime aconteceu em 21 de agosto de 2009, durante reintegração de posse da fazenda Southall, na Fronteira Oeste do estado

Da Página do MST

Em sessão realizada na manhã dessa sexta-feira (13), o 2º Grupo Criminal do Tribunal de Justiça (TJ/RS), decidiu manter a denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) de homicídio qualificado contra policial militar Alexandre Curto dos Santos.

Alexandre é acusado de assassinar à queima roupa, com um tiro de espingarda calibre 12, o Sem Terra Elton Brum da Silva, 44 anos, durante uma reintegração de posse forçada no município de São Gabriel, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.

O crime aconteceu em 21 de agosto de 2009, durante reintegração de posse da fazenda Southall, uma área de mais 10 mil hectares, ocupada por cerca de 500 famílias Sem Terra.

Alexandre Curto dos Santos, na época atuava no Pelotão de Operações Especiais do 6º RPMon, de Bagé, e trabalhou no despejo das famílias. No mesmo ano, em depoimento, Curto assumiu ter sido o autor do disparo.

O MPE e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) defendiam que Curto fosse julgado por homicídio qualificado, com intenção de matar.

Após o caso ter sido compreendido, em primeiro grau, como homicídio simples, o MPE recorreu da decisão e apresentou recurso para que o julgamento ocorresse por homicídio qualificado, uma vez que o tiro, conforme laudo, foi dado pelas costas, impossibilitando a vítima de se defender.

O pedido foi atendido pela 4ª Câmara Criminal do TJ, que determinou o homicídio como qualificado.

Na manhã de hoje, após recurso da defesa do réu, os desembargadores do 2º Grupo Criminal mantiveram, por quatro votos a um, a decisão de julgar o caso como homicídio qualificado.

O único a votar contra foi o relator do processo Sérgio Miguel Achutti Blattes. Agora, o caso será levado à juri popular.

O assistente de acusação, advogado Leonardo Kaur, explica que na condição de homicídio qualificado a pena do réu pode ser maior – de 12 a 30 anos, e defende que a “punição seja exemplar, porque não é um caso isolado”.

“Os despejos forçados e as reintegrações de posse que são feitos em ocupações de movimentos sociais, não raro, utilizam de força desmedida e isso não é apenas um atentado à cidadania ou à integridade física das pessoas, mas também é um atentado à democracia”, diz o advogado.

Após várias lutas do MST na região, parte da fazenda Southall foi desapropriada para assentamento de famílias acampadas no estado.

A área onde Brum foi assassinado recebeu o nome de Assentamento Conquista do Caiboaté e hoje abriga 225 famílias.

Ex-boia-fria fundou rede de cachaçarias com lojas em 12 Estados. Marcelo Toledo – Folha de São Paulo, Mercado. 14/11/2015

Dos 10 aos 17 anos, Delfino Golfeto, 64, trabalhou como boia-fria em culturas como café, amendoim e algodão.

Muito antes do advento do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), atuava sem proteções para os olhos, canelas e pés. "Havia muitos acidentes. Eu mesmo cortei a perna duas vezes com podão [foice usada pelos trabalhadores boias-frias]", disse.

No começo dos anos 1970, chegou a cortar cana durante seis horas seguidas, até atingir a média de colheita da época, de 5 toneladas da matéria-prima base para a produção de etanol e açúcar.

"Nos anos 70, não havia a epidemia de cortadores de cana como anos depois. O corpo ficava moído", conta ele na unidade de Moema (zona sul de São Paulo) da cachaçaria Água Doce.

A rede de lojas montada por ele tem 97 estabelecimentos em 12 Estados brasileiros — 95 franqueados e 2 lojas próprias. O faturamento supera R\$ 100 milhões.

Outras quatro devem ser abertas nos próximos meses. Além da bebida que dá nome à rede, as lojas servem comida brasileira.

Nos canaviais de cidades como Oriente, Quatá e Maracá (no interior do Estado de São Paulo), onde se aproximou do mundo das usinas, Golfeto já não era boia-fria, mas gerente de lavoura.

Naquela região, cortava cana para ensinar o ofício aos jovens trabalhadores rurais que começavam a chegar em peso do Nordeste.

Natural de Adamantina (SP), Golfeto usou essa experiência nos canaviais para mais do que apenas garantir sua renda nos primeiros anos de trabalho. Montou pequenos engenhos de aguardente, onde precisou botar a mão no facão mais uma vez.

"Não tinha jeito. Como era um negócio pequeno, tinha de participar de todos os processos, inclusive cortando cana novamente. E esse mundo da cachaça era muito marginalizado", diz ele.

A primeira unidade da rede foi aberta na garagem de sua casa, em Tupã, também no interior de São Paulo. Hoje, as 97 unidades abertas geram cerca de 5.000 empregos (diretos e indiretos).

O mercado nacional tem hoje, segundo ele, cerca de 5.000 rótulos de cachaça, mas apenas 900 operando regularmente. Após ter mais de 400 tipos à venda na rede de cachaçarias que fundou, reduziu o volume para as atuais cem, por motivos logísticos e financeiros — "o metro quadrado está muito caro".

"Tomamos a decisão de trabalhar com as cem melhores marcas."

Apesar do nome, a venda de cachaças corresponde a apenas 4% da receita do grupo de unidades. O carro-chefe da rede é a cozinha brasileira, com 60% do faturamento.

Assassinatos, ameaças e agressões: o dia a dia de Anapu (PA) – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 16/11/2015

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da CPT vêm a público denunciar a grave situação por que passam as famílias dos trabalhadores, de modo especial na Gleba Bacajá, em Anapu, Pará. 10 anos após o assassinato de Irmã Dorothy Stang nesta mesma Gleba, a perseguição às famílias tem atingido índices alarmantes, com assassinatos, ameaças, agressões e destruição de bens.

Esta situação tem se agravado entre julho e a presente data, com o registro de sete assassinatos, já conhecidos da opinião pública. Seis destes assassinatos ocorreram no contexto de um conflito no Lote 83, do qual um dos pretensos donos é Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, condenado como um dos mandantes da morte de Irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Infelizmente, não se pode confiar na Polícia Civil para investigar os casos de homicídio, pois todos os assassinatos até agora foram caracterizados como “crime passionai”, “rixa pessoal” ou “discussão”, portanto descaracterizando qualquer ligação com a questão agrária.

Mas além dos assassinatos, inúmeras formas de violência têm sido registradas, como destruição de ponte, destruição e roubo de casas e outros bens, disparo de armas de fogo, expulsão de famílias. A presença constante de pistoleiros na área do lote 83 é confirmada até pela ação da polícia e por despacho da juíza de Anapu. Um dos pretensos donos da área Derby Antônio da Rosa declarou à reportagem de um canal de TV, afiliado ao SBT, andar com escolta armada.

A violência provém de fazendeiros que ocupam áreas públicas que deveriam ter sido destinadas para fins de Reforma Agrária, por não terem sido cumpridos os termos do CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas. O cancelamento destes CATPs, com destinação das áreas para a reforma agrária é a solução para a violência, não só em Anapu, mas em muitas outras áreas como no sul de Rondônia, onde numa chacina, ainda não bem esclarecida, que ocorreu no dia 17 de outubro, foram mortas cinco pessoas.

Aproveitando-se do fato de o governo central estar encurralado por uma grave crise política e econômica, os latifundiários e empresários do agronegócio, apoiados na poderosa bancada ruralista, fazem prevalecer seus interesses e impõem, ate mesmo pela força, sua vontade.

A omissão do Estado brasileiro alimenta a certeza de impunidade, por isso os que praticam ações violentas não se intimidam, antes encontram em servidores públicos de diversas instâncias o apoio e o estímulo para seus atos.

Enquanto o poder público não tomar as providências que a ele cabem, a intolerância, a perseguição e a violência vão campear livres.

O sangue das vítimas da violência assassina está a clamar por justiça e a exigir que a terra seja destinada realmente àqueles que dela necessitam, não para a especulação e o enriquecimento de uns poucos.

Índios fecham ferrovia da Vale em MG em protesto contra 'morte de rio sagrado' – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 16/11/2015

Com o corpo pintado para a guerra, tinta preta no rosto e olhos vermelhos de noites mal dormidas, Geovani Krenak, líder da tribo indígena Krenak, mira a imensidão de água turva e marrom

(Fonte/Imagens: BBC Brasil)

"Com a gente não tem isso de nós, o rio, as árvores, os bichos. Somos um só, a gente e a natureza, um só", diz. Ele respira fundo: "Morre rio, morremos todos".

Parte dos 800 km de extensão do rio Doce, contaminado pela lama espessa que escoou há 10 dias de duas barragens de rejeitos da mineradora Samarco, em MG, atravessa a reserva da tribo. Tida como sagrada há gerações, toda a água utilizada por 350 índios para consumo, banho e limpeza vinha dali. Não mais.

Sem água há mais de uma semana, sujos e com sede, eles decidiram interromper em protesto a Estrada de Ferro Vitória-Minas, por onde a Vale, controladora da Samarco e da ferrovia, transporta seus minérios para exportação.

"Só saímos quando tiverem a dignidade de conversar com a gente. Destruíram nossa vida, arrasaram nossa cultura, e nos ignoram. Não aceitamos", anuncia o índio Aiá Krenak à BBC Brasil.

Procurada, a Vale informa que "continua, com apoio da Funai, as tentativas de negociação com o Povo Indígena Krenak para liberação da ferrovia".

"Cabe ressaltar que a Vale, como acionista da Samarco juntamente com a BHP Billiton, tem atuado ativamente nas ações para atendimento às famílias afetadas pelo acidente do dia 5 de novembro e reitera seu compromisso em se relacionar com o Povo Krenak de modo transparente e participativo, mantendo uma relação construtiva, respeitando suas características próprias e a legislação vigente", disse a empresa por meio de nota.

A empresa afirma que a interdição está impedindo o transporte de água para as comunidades da região do Rio Doce. "Atualmente, cerca de 360 mil litros de água, sendo 60 mil litros de água mineral e 300 mil litros de água potável, provenientes de Vitória (ES), estão nos trens aguardando a liberação da ferrovia para distribuição", diz a Vale no comunicado.

"A empresa repudia quaisquer manifestações violentas que coloquem em risco seus empregados, passageiros, suas operações e que firam o Estado Democrático de Direito e ratifica que obstruir ferrovia é crime."

41 graus, sem água

Sentados ao longo dos trilhos enferrujados, sob o sol de 41 graus, os índios cantam uma música de compasso lento, marcado pelas batidas de cajados de madeira no chão, tudo no idioma krenak.

De cocar amarelo, apoiado por um tronco de madeira, o pajé, homem mais velho das redondezas, chora. Ernani Krenak, 105 anos de idade, se aproxima e traduz a canção para a reportagem da BBC Brasil.

"O rio é lindo. Obrigado, Deus, pelo rio que nos alimenta e banha. O rio é lindo. Obrigado, Deus, pelo nosso rio, pelo rio de todos."

Sua irmã pede a palavra. Dejanira Krenak, de 65 anos, quer lembrar que o sofrimento não é só dos índios. "Não é 'só nós', os brancos que moram também na beira do rio precisam muito dessa água, eles convivem com essa água, muitos pescadores tratam a família com os peixes, diz.

Atrás dos dois, uma índia molha os rostos suados das duas filhas pequenas com uma cuia mal cheia de água de um galão doado por moradores de cidades vizinhas, como Conselheiro Pena e Resplendor.

Segundo os índios, crianças e idosos têm prioridade na distribuição da pouca água limpa estocada.

A família está acampada sob lonas pretas na margem da ferrovia, onde também se espalham barracas de camping e colchões ao relento. Ali, homens e mulheres fumam longos cachimbos, enquanto acendem pequenas fogueiras para aquecer o jantar coletivo.

Rio morto

À BBC Brasil, o professor de recursos hídricos Alexandre Sylvio Vieira da Costa, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, disse que o rio precisará de pelo menos 10 anos para "começar a se estabelecer novamente".

"Todas as plantas aquáticas que dão base ao ciclo biológico do rio morreram com a chegada desse rejeito, composto basicamente de ferro, alumínio e manganês. A água fica mais densa e o oxigênio não consegue se misturar", explicou Costa. "Por isso não sobrou nada. Nem caramujo."

Além do prejuízo na fauna e na flora, sete mortes foram registradas até este domingo. Dez dias após o acidente, pelo menos 18 pessoas ainda estão desaparecidas.

A tragédia ambiental é resultado do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em Mariana, a cerca de 100 km de Belo Horizonte.

As barragens represavam rejeitos de mineração – resíduos, impurezas e material usado para a limpeza de minérios – da Samarco, empresa controlada pela mineradora brasileira Vale e pela anglo-australiana BHP.

A presidente Dilma Rousseff visitou o local na semana passada e anunciou cobrança de multa de R\$ 250 milhões à Samarco.

Decisão judicial

A noite cai, e a quantidade de mosquitos é insuportável.

"Nunca foi assim", diz o índio Geovani Krenak, enquanto a dupla de repórteres gesticula para afastar a nuvem de insetos. "Esses mosquitos vieram com essa água podre, com os peixes que nos alimentavam e agora estão descendo o rio mortos."

A 500 metros dali, dezenas de vagões, carregados de toneladas de minério de ferro que seguiriam para portos no Espírito Santo, estão parados na ferrovia.

A estrada de ferro também tem intenso movimento de passageiros – quem tinha bilhetes de viagem foi orientado a remarcar suas passagens ou aguardar reembolso após 30 dias.

À BBC Brasil, os índios informaram que foram notificados por uma decisão judicial que determina que eles deixem o local em até cinco dias – o prazo expira na próxima terça-feira.

Eles prometem continuar lá – a menos, dizem, que representantes da Vale apareçam para discutir com eles a recuperação do rio sagrado e um esquema de fornecimento de água por caminhões pipa.

CNA e Banco do Brasil discutem propostas para a próxima safra – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 20/11/2015

Brasília (19/11/2015) – Um novo modelo de seguro rural, mais recursos para a subvenção ao prêmio de seguro e ampliação do volume de crédito para a safra, no próximo ano. Estes foram os temas discutidos no encontro entre o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, e o vice-presidente de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil (BB), Osmar Dias, nesta quinta-feira (19/11), na sede da CNA, em Brasília.

Para João Martins, com um modelo eficiente de seguro rural, o produtor terá mais tranquilidade para planejar sua safra e procurar fontes mais baratas de recursos. “Tudo o que o produtor rural quer é ter a certeza de que vai ter recursos para plantar e que vai ter o seguro”, disse o presidente da CNA, ao defender as propostas. Além de um modelo que leve em conta as peculiaridades da atividade agropecuária e proteja a renda do produtor, o setor também defende mais recursos para a subvenção ao prêmio para a safra do ano que vem.

A subvenção é condição essencial para a contratação das apólices. Para este ano, o volume inicial de R\$ 400 milhões está esgotado, o que deixou vários produtores sem a proteção das lavouras. Desta forma, a CNA defendeu ampliação do volume de recursos. Presente ao encontro, o vice-presidente da entidade e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner, acha que a demanda pela subvenção tende a aumentar por conta do crescimento da agropecuária.

“Acreditamos que há fontes de recursos que não foram totalmente utilizadas que podem ser alocadas para a subvenção”, disse Schreiner. O vice-presidente do Banco do Brasil foi receptivo aos pontos abordados pela CNA e se propôs a discutir alternativas para as questões levantadas no encontro, visando reduzir os riscos da atividade. A ideia é promover reuniões técnicas para a elaboração de propostas já para a próxima safra, que possam ser incluídas no Plano Agrícola e Pecuário do ano que vem.

Participaram do encontro o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Norte (FAERN), José Álvares Vieira, o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, o superintendente de Relações Institucionais, Nelson Fraga, e o coordenador nacional de Assistência Técnica e Gerencial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Matheus Ferreira. Acompanhou o vice-presidente do BB o diretor de Agronegócio e Micro e Pequenas Empresas da instituição, Clênio Teribebe.

Governo eleva taxa de retorno para concessões de ferrovias. Bárbara Nascimento – O Globo, Economia. 23/11/2015

Índice anterior, que era de 8,5%, passou para 10,6% ao ano, segundo a Fazenda

BRASÍLIA - O Ministério da Fazenda informou nesta segunda-feira que decidiu elevar a taxa interna de retorno (TIR) de referência para os investidores interessados nos próximos leilões de concessões de ferrovias do país, de 8,5% para 10,6%.

Segundo a nota, a atualização tem o objetivo de equilibrar risco e retorno, “tornando os ativos de infraestrutura ferroviária no Brasil competitivos com relação a alternativas semelhantes de investimento”.

As concessões de ferrovias estão situadas em importantes áreas agrícolas brasileiras, o que poderá elevar a competitividade do agronegócio e de outros produtos do país no futuro.

A medida ocorre depois de o governo federal já ter elevado a taxa de retorno das novas concessões de aeroportos, portos e rodovias, em julho, também em esforço para tornar o programa de concessões mais atraente ao investidor.

A Fazenda apontou que o valor de referência não equivale à taxa efetiva de retorno dos próximos leilões, que depende de características de cada concessão.

O risco não diversificável relativo ao negócio (fator beta) também foi alterado e passa a ser o mesmo das empresas do setor ferroviário dos Estados Unidos, porque, segundo o Ministério da Fazenda, o modelo ferroviário daquele país é similar ao que pretende-se utilizar nas concessões brasileiras. O fator beta é uma medida de risco que baliza a formação do custo de capital próprio.

Para as demais variáveis, manteve-se a mesma metodologia. Os próximos trechos ferroviários a serem concedidos na segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) envolvem:

- Ferrovia Norte-Sul entre Açailândia (MA)/Barcarena (PA) e Palmas (TO)/Anápolis(GO), com investimento estimado de R\$ 7,8 bilhões;
- Trechos da mesma via entre Anápolis(GO)/Estrela D'Oeste (SP) e Estrela D'Oeste (SP)/Três Lagoas (MS), com investimento de R\$ 4,9 bilhões;
- Trecho da ferrovia Lucas do Rio Verde (MT)/Miritituba (PA), com investimento de R\$ 9,9 bilhões.

Procurado, o Ministério dos Transportes não soube estimar quando os leilões vão ocorrer ou estimativa de arrecadação, mas afirmou que os estudos sobre as concessões "estão prontos".

Feira da Reforma Agrária é declarada patrimônio cultural do povo carioca. Vanessa Ramos – Site do MST. 24/11/2015

Para celebrar esta conquista, os Sem Terra já marcaram a 7ª edição da Feira, que acontecerá entre os dias 7 a 9 de dezembro no Largo da Carioca, no centro da cidade

Da Página do MST

A Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes, realizada desde 2013 na cidade do Rio de Janeiro, foi reconhecida como de interesse cultural e social para a cidade, a partir da Lei 5999/2015, de iniciativa do deputado Renato Cinco (PSol).

Para celebrar esta conquista, os Sem Terra já marcaram a 7ª edição da Feira, que acontecerá entre os dias 7 a 9 de dezembro no Largo da Carioca, no centro do Rio de Janeiro. Serão comercializadas mais de 70 toneladas de alimentos, com diversas variedades de produtos vindos das áreas de assentamentos da Reforma Agrária.

A diversidade dos alimentos surpreende os que passam pela Feira: quantas vezes pensamos nas outras possibilidades de arroz para além do branco? A Feira será composta por arroz e suco de uva integral, frutas, polpas de frutas, feijões, como o vermelho e de corda, sucos, legumes, verduras, produtos derivados de cana-de-açúcar, como açúcar mascavo e melado, além de ervas medicinais.

A estimativa é que cerca de 150 agricultores do estado, além de representações de outros demais estados do sudeste, estejam presentes no evento, divulgando produções in natura e industrializadas.

A feira contará ainda com a participação do setor de saúde do MST, que mostrará a produção de fitoterápicos e cosméticos dos assentamentos.

Quem vier ao Largo da Carioca também encontrará uma vasta programação com shows, intervenções culturais e oficinas de formação com temas relacionados aos agrotóxicos e os impactos na saúde humana.

Feira Cícero Guedes

A feira estadual da Reforma Agrária no Rio de Janeiro foi batizada com o nome "Cícero Guedes", em homenagem ao agricultor e militante do MST assassinado por pistoleiros no dia 25 de janeiro de 2013, nas proximidades da Usina Cambahyba, no Município de Campos dos Goytacazes (RJ).

Além de uma grande liderança na luta pela Reforma Agrária, Cícero Guedes era considerado uma referência em agroecologia, por conta das técnicas agrícolas sustentáveis que utilizava em seu lote no Assentamento Zumbi dos Palmares. Cícero também foi um importante colaborador de vários projetos de pesquisa e de extensão da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Presidente da CNA defende ações de curto prazo para a retomada do crescimento econômico – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/11/2015

Brasília (25/11/2015) - O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, defendeu que o setor privado e o governo encontrem soluções de curto prazo “para destravar a economia brasileira, pois não é possível ficarmos apenas lamentando as dificuldades conjunturais da atualidade”. A análise ocorreu durante encontro, nesta terça-feira, 24/11, com dirigentes da DSM, Produtos Nutricionais do País, empresa holandesa do setor de biotecnologia que produz insumos para o setor agrícola.

Em sua avaliação sobre os obstáculos enfrentados pela economia brasileira, o presidente da CNA lembrou o senso comum hoje existente na sociedade, segundo o qual cabe ao setor agropecuário liderar o processo de crescimento. Para ele, contudo, é preciso “suavizar este peso estabelecendo condições mínimas para que outros segmentos econômicos também participem do processo”.

Debate com o governo - A agenda que o setor produtivo está trabalhando, a ser posteriormente levada ao conhecimento do governo federal, destaca ações pontuais prioritárias em áreas como a previdência social, relações trabalhistas e a segurança jurídica, em especial as denominadas ações infralegais (normas e procedimentos que emperram o setor produtivo) cujo exemplo mais notório, no caso da agropecuária, diz respeito às limitações para o uso de agroquímicos na produção agrícola.

O setor agropecuário tem cumprido seu papel, mesmo enfrentando dificuldades conjunturais. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) confirmam que o agronegócio brasileiro segue se consolidando como principal setor da economia nacional.

As exportações de produtos do agronegócio alcançaram US\$ 74,7 bilhões entre janeiro e outubro de 2015, queda de 10,9% na receita obtida, em relação ao mesmo período de 2014, devido aos percalços da economia brasileira como um todo. O saldo acumulado da balança comercial do agronegócio foi positivo, nos primeiros nove meses de 2015, em US\$ 63,3 bilhões.

Apesar da queda no valor de comércio, o volume das exportações do agronegócio brasileiro superou 134 milhões de toneladas, aumento de 11,0% em relação aos dez primeiros meses de 2014. Em 2015, a participação do segmento cresceu entre os itens da pauta exportadora do país, representando 46,6% do total e demonstrando sua importância para a economia nacional.

Kátia Abreu participa de seminário sobre Matopiba, nesta quinta (26), em Palmas – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 25/11/2015

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) participará na próxima quinta-feira (26) do Seminário Planejamento, Inovação, Ciência e Tecnologia para o Matopiba, em Palmas. O encontro prevê a apresentação do Instituto Nacional de Ciência

e Tecnologia do Matopiba, e as palestras sobre a criação de Sistema de Inovação para o Matopiba: Responsabilidade Social e Desenvolvimento, Pesca e Aquicultura: Novos Rumos e Área Irrigável e Potencial Produtivo do Estado de Tocantins.

O Matopiba se consolida como uma região estratégica para atender aos mercados interno e externo. A região abrange 337 municípios, com mais de 324 mil estabelecimentos agrícolas, e é formada por partes dos estados do Maranhão (33%), Tocantins (38%), Piauí (11%) e da Bahia (18%). O território foi responsável por 10% da produção das 209,5 milhões de toneladas de grãos na safra 2014/2015.

Mapa repassa R\$ 750 mil ao Instituto Federal Goiano para pesquisa em bioenergia e grãos – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 26/11/2015

Secretário Caio Rocha assinou nesta quinta-feira Termo de Execução Descentralizada

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) repassou nesta quinta-feira (26) R\$ 750 mil ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) para investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação no campo. A verba vai custear compra de equipamentos para a Rede Arco Norte / Polo de Inovação em Bioenergia e Grãos – projeto voltado para pesquisa e produção de bioenergia.

O secretário do Produtor Rural e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha, assinou nesta manhã o termo de execução descentralizada com o IF Goiano, que terá até novembro de 2017 para executar o cronograma de aquisições. Serão 11 tipos de equipamentos de laboratório - como digestores, termocicladores, softwares, incubadoras -, que trarão maior agilidade e qualidade às análises realizadas pelo instituto, que é vinculado ao Ministério da Educação.

A rede Arco Norte / Polo de Inovação em Bioenergia e Grãos visa a desenvolver projetos de pesquisa e inovação em parceria com o setor produtivo de bioenergia em grãos. O projeto será um centro de excelência para soluções inovadoras no desenvolvimento de pesquisa e inovação no campo, com foco no manejo de pragas, doenças e plantas daninhas, nutrição de plantas e fertilidade do solo, fisiologia vegetal, química de produtos naturais, melhoramento genético vegetal e biotecnologia.

Os resultados das pesquisas desenvolvidas serão disponibilizados para órgãos de extensão e divulgados por meio de publicações, cursos de capacitação, workshops e palestras.

Sorte e azar. Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 27/11/2015

Eles contam sim, mais do que deveriam

Tem jeito, não. Os caríssimos camponeses, sertanejos, caboclos e ruralistas têm controle total sobre suas lavouras? Agricultura de precisão a mil, ‘big data’, o Big Brother agrícola de George “1984” Orwell, dando as cartas sobre as decisões e intuições dos produtores norte-americanos, os desenvolvedores e fabricantes de moléculas e produtos tóxicos criando substitutos cíclicos para remediar as novas pragas e doenças que aparecem nas plantações.

Os mais inteligentes reconhecendo a necessidade do uso de matérias orgânicas para arrancar o excesso de fósforo no solo depositado por anos de intensa adubação química.

Então tá, sei, ajuda, tudo muito bom, tudo muito bem, mas traz certeza?

Ufa! Como lidar como o clima, seca ou chuva na hora certa, granizo destruidor, lagartas e ferrugens palhaças, canetadas e juroos altos de governos em pânico, cartelização de insumos, restrições de crédito por bancos sempre no vermelho do sangue que subtraem da economia, humores das Bolsas de Chicago e Nova York?

Ligo para o meu amigo Everaldinho, que roda numa velha moto toda a região cafeeira de Guaxupé, nas Minas Gerais, e pergunto como foi a pega do chumbinho, a floração, se o pé vegetou farto. Quantos palmos até a ponteira? E o preço, qual a tendência?

- Uai! Tanto faz. Nós precisamos é cuidar, tratar bem do cafezal, dar duro em cada talhão, o resto é com eles da cooperativa e outros intermediários. Como em toda a safra, farão o possível para comprar barato o nosso trabalho e vende-lo caro.

- Se você bobear, amigo, e não tratar bem do café, no próximo ano poderá nem sobrar para a cachaça no alambique do velho Jovino.

Andanças Capitais me levam ao norte do Paraná, que algum café por lá ainda há. Ouço no avarandado da família Roedinger sobre a importância dos manejos de colheita para obter um produto de qualidade. Pergunto se assim dá preço.

- Quem garante? Melhora, mas sabe-se lá. Talvez dê para pagar as contas e comprar um presentinho para a Frida e as meninas. Depois começo tudo de novo. Um dia, arranco tudo e planto soja.

Essa a vida que, sei, vocês levam com galhardia, o ritual na igreja da comunidade, a carne assada e uma cachaça com torresmo na venda ao lado da sua roça, afiando o taco para acertar a bola preta igualzinha à cor dos olhos negros e conscientes de seu oponente, o amigo Zé Moringa.

Assim é a vida rural vista com lupa. Como está sendo para os arroteiros gaúchos, que muito perdem com as chuvas no Sul; como foi para os poucos plantadores catarinenses e paranaenses de trigo, chuvas com o futuro pão quase pronto para colher.

Pensam o quê? Sabem do “Velho Chico”, aquele mundão de água, bonito tanto no verde como quando lamacento? “Riveirão Suassuna” nos escritos de Glauber Rocha, no cocô dos bodes do trovador Elomar, nos núcleos de minifúndios frutíferos em vales baianos e pernambucanos? Pois é, deu de querer secar.

Como ouvi uma brincadeira incorreta, cá no Sul Maravilha, com nordestinos que têm pouca água e desconfiam quando veem caminhões-pipas passando, um atrás do outro: “Água Po Tável ... sempre pro mesmo cara, quem é esse cara que não deixa nada pra nós? É de Brasília? Tem cargo por lá”?

Caso é que na vida dos plantadores contam muito a sorte e o azar. Não me venham com ciência, religião, política, estudos econométricos ou sociológicos. Todos servem para trabalharmos e termos uma profissão, mas na hora agá, sorte e azar contam.

Por que você, saudoso roceiro, estava justamente naquele pedacinho de chão quando irrompeu a irresponsabilidade da Samarco? Corintiano roxo, certa noite passeava distraído defronte do Bataclan, em Paris. Assustou-se, mas uma semana depois soube dos seis a um sobre o São Paulo.

Fatalidades, certo? Para o bem, o mal ou seis e meio. Penso que assim é com o Brasil, uma sequência de sortes, azares e notas medianas, que nunca emergirá, castrada por séculos de inapetência distributiva e imposições de classes privilegiadas, até aqui garantidas por secular rede de corruptos e corruptores.

Cessarão seus achaques? Terão medo das covas rasas exclusivas de Severinos de Marias?

Os ciclos de sete anos? Um ex-presidente sortudo e uma presidente azarada? Ou o contrário?

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa